

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.36, n.11-12, novembro/dezembro 2014

sumário

- 1 A TRAJETÓRIA DA MISÉRIA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL
Gilmar Mendes Lourenço
- 4 OPERAÇÕES DE CRÉDITO REFLETEM INCERTEZAS
Guilherme Amorim
- 7 O PIB DO PARANÁ EM 2012
Francisco José Gouveia de Castro
- 9 ECONOMIA PARANAENSE: BALANÇO DE 2014
Francisco José Gouveia de Castro
- 16 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 18 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO *(Editor)*

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO *(Economista)*

GUILHERME AMORIM *(Economista)*

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI *(supervisão editorial)*

CLAUDIA ORTIZ *(revisão de texto)*

LÉIA RACHEL CASTELLAR *(editoração eletrônica)*

MARIA ROSA DAVIN *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

A TRAJETÓRIA DA MISÉRIA E DA DESIGUALDADE NO BRASIL

*Gilmar Mendes Lourenço**

No transcorrer do segundo turno das eleições para a Presidência da República, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ocupou o palco principal da cena política do País ao adiar a divulgação de estudos contendo estatísticas sociais, sob alegação de restrições impostas pela legislação eleitoral, mesmo com a manifestação de argumentos contrários, levantados por especialistas na matéria, em se tratando de relatórios ou dados regulares.

O episódio produziu, inclusive, pedidos de exoneração de cargos de alguns técnicos envolvidos na pesquisa, os quais, na visão da instituição, não teriam sido suficientemente convincentes para provocar a revisão de postura do comando do IPEA, no sentido da disponibilização imediata do trabalho à sociedade e da inevitável repercussão junto aos formadores de opinião.

De fato, houve visível interferência do Planalto e, conseqüentemente, ausência de preocupação com a reputação nacional e internacional de uma verdadeira usina de trabalhos científicos, realizados para subsidiar a preparação, execução e avaliação de políticas públicas. Ao mesmo tempo, prevaleceu a atitude subserviente da direção da entidade, comum a alguns gestores públicos de funções estratégicas, antecipando-se aos desejos e interesses dos superiores de plantão, ao ocultar informações de caráter inoportuno, naquele momento.

Com a atualização da base de dados da entidade (IPEADATA), em 30 de outubro de 2014, depois do desfecho do ciclo eleitoral, pode-se constatar, a partir de cálculos estatísticos apoiados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o aumento da extrema pobreza no Brasil, entre 2012 e 2013, revertendo a marcha cadente observada desde 2003.

Mais especificamente, o grupo de miseráveis ou indigentes – que abrange as pessoas com renda média mensal inferior a R\$ 77, insuficiente para a aquisição de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias para atender às carências de uma pessoa, conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Organização Mundial da Saúde, critério empregado pelos programas Bolsa Família e Brasil Sem Miséria – passou de 10,081 milhões, em 2012, para 10,452 milhões, em 2013, o equivalente à população de Portugal, ou de 5,29% para 5,50% do total, representando acréscimo de 3,68%, o que significa uma fragorosa derrota, diante do obstinado compromisso, assumido em 2011, de eliminação dessa mazela até o final de 2014.

Considerando que a candidata à presidente fez enorme uso da diminuição da pobreza e da miséria como assunto de campanha, enfatizando que haveria o rompimento do cenário social róseo, em caso de vitória da oposição, e incitando o equivocado antagonismo do povo brasileiro, entre os dependentes das benesses oficiais e aqueles que vivem de dedicação própria, parece lícito admitir que a administração federal teria sonogado, da sociedade, um dado bastante desfavorável, que poderia ter influenciado a decisão de voto da população.

Do ponto de vista estatístico, a elevação do número pode ser atribuída à correção oficial do piso dos rendimentos para o estabelecimento da linha de corte da miséria de R\$ 70 para R\$ 77, considerando a corrosão do poder de compra, desta categoria social, pela escalada inflacionária verificada desde 2009. Frise-se que, por tal procedimento a atualização deveria ser de 35% e não de 10%, o que elevaria o patamar divisório entre pobres e miseráveis para cerca de R\$ 95 e, conseqüentemente, o contingente de indigentes. O cálculo teria como base a variação acumulada do índice nacional de preços ao consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para uma cesta de produtos consumidos por famílias com rendimento mensal entre 01 e 05 salários mínimos.

Porém, a explicação da colheita de um resultado tão adverso não deve ficar presa a uma mera flutuação estatística dentro da margem de erro, como quer o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), provavelmente ainda impregnado de espíritos eleitorais, ou da aplicação de critérios distintos, por diferentes entidades de pesquisa, como defende a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República para, ao final, concluir que tudo vai bem.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Ao mesmo tempo, um exame atento da trajetória do coeficiente de Gini no Brasil, apurado pela PNAD, permite constatar uma evidente parada na diminuição da desigualdade de renda no transcorrer da gestão da presidente Dilma Rousseff. Lembre-se que o índice de Gini, criado pelo estatístico italiano Corrado Gini, representa um parâmetro para aferição da desigualdade na distribuição de renda entre a população de um país. O indicador varia entre zero e a unidade, indicando melhoria na repartição do produto social à medida que se afasta de um e se aproxima de zero.

Com o movimento de queda do índice médio mensal de todas as fontes de rendimento de 0,580, em 2002, para 0,526, em 2008; e de 0,506, em 2011 para 0,501, em 2013, o Brasil continuou à frente dos estados africanos da África do Sul (0,630), Namíbia (0,60) e Zâmbia (0,59), por exemplo.

Porém, o País ainda ocupa posição bastante distante das nações escandinavas, como Suécia (0,230), Noruega (0,250) e Dinamarca (0,250); europeias, como França (0,310), Reino Unido e Itália (0,320); ou mesmo de alguns emergentes, como México e Turquia, que exibem indicadores de 0,402 e 0,412, respectivamente, conforme cálculos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos.

Na verdade, as informações sugerem a exaustão do esforço de minimização da disparidade de apropriação da renda e da miséria, apoiado em iniciativas oficiais de transferência, lideradas pelo programa Bolsa Família, e no fortalecimento do mercado interno, via recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo (SM) e impulsão da geração de postos de trabalho com carteira assinada, concentrada nas faixas de menor remuneração.

O Bolsa Família atendia a 3,6 milhões de famílias, em 2003, 12,8 milhões, em 2010, e 14,1 milhões em 2013, o que corresponderia a uma população assistida de quase 50 milhões, com recursos orçamentários da ordem de 0,4% do produto interno bruto (PIB). O prosseguimento da expansão dessa política social compensatória esbarra nas barreiras fiscais, impostas à ampliação das cifras alocadas no programa, na contração da quantidade de famílias potencialmente selecionáveis – renda *per capita* mensal abaixo de R\$ 77 – e nas crescentes pressões para a instituição de instrumentos sustentados de saída dos beneficiários.

Quanto aos reajustes do salário mínimo pelas regras de indexação atuais, há o reconhecimento do impacto fiscal, sobretudo nas contas da previdência, e do efeito cascata ao servir de referência para as negociações dos demais proventos dos trabalhadores, por ocasião dos dissídios das diferentes categorias profissionais. Nesse sentido, parece razoável supor a perda de vigor redistributivo do SM, a partir da ocorrência de negociações na direção de definições de atualizações baseadas na inflação passada, acrescida de índices de produtividade média.

No tocante ao pilar fincado no mercado de trabalho, observa-se um curso de desaceleração atestado pela elevação da taxa de desemprego, medida pela PNAD, de 6,1% da população economicamente ativa (PEA), em 2012, para 6,5% da PEA, em 2013, sendo a primeira subida verificada desde a eclosão da instabilidade financeira internacional em 2008.

Na mesma linha, a evolução da renda média vem perdendo fôlego, com acréscimos de 5,5%, em 2012, e 3,4%, em 2013, já afetada pelo cenário de estagflação, marcado pela aceleração da inflação e estagnação das transações, fruto da combinação entre os desdobramentos domésticos da lenta reativação da economia global e da implantação de uma nova matriz econômica que desmontou os fundamentos da estabilidade, construídos e praticados a partir de 1999, sem colocar nada consistente no lugar, o que interferiu negativamente nas escolhas dos agentes públicos e privados.

A contração estrutural da desigualdade no Brasil depende de ações focadas no aprimoramento da macroeconomia e do clima de negócios.

A contração estrutural da desigualdade no Brasil depende menos de medidas cosméticas, pontuais e sensíveis ao ciclo econômico e fiscal, e mais de ações focadas no aprimoramento da macroeconomia e do clima de negócios – o que impulsionaria o investimento e a produtividade –

e inversões na área de educação, mais abrangentes do que o simples incentivo à formação técnica e a vinculação da receita potencial do pré-sal.

No caso da educação, os resultados pouco animadores do índice de educação básica (IDEB), particularmente nos anos derradeiros do fundamental e no médio, e a contabilização de 13 milhões de analfabetos no País, 8,5% do contingente de pessoas com mais de 15 anos, segundo a PNAD revelam o enorme caminho a ser percorrido nessa rota.

Para finalizar, a PNAD também aponta o contraste configurado na maior disponibilidade de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, computadores, celulares, dentre outros), facilitada pelo alargamento da oferta de crédito caro, que provocou o salto do endividamento primário das famílias, e o insuficiente acesso à água potável e à rede de esgoto pela população.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO REFLETEM INCERTEZAS

Guilherme Amorim*

A divulgação de recentes informações sobre as operações de crédito do sistema financeiro, realizada pelo Banco Central (BC), contribui para a compreensão do quadro de estagnação da economia brasileira. De modo abrangente, as categorias de empréstimos que apresentam consistente crescimento são direcionadas e frequentemente subsidiadas. Nesse sentido, as duas linhas que registraram maiores expansões em seus saldos, nos doze meses findos em outubro, foram as de financiamento imobiliário (28,2%) e rural (23,3%).

Uma vez que o saldo dos contratos de crédito imobiliário contabiliza os juros incidentes, e que os mesmos tiveram trajetória ascendente no período de análise, é natural que tenha registrado tamanha variação, ainda que a base de comparação tenha se tornado maior e que a demanda habitacional reprimida esteja sendo aplacada. Assim, quando consideradas apenas as operações com taxas reguladas, o saldo da carteira desse segmento voltado às pessoas jurídicas ampliou-se 12,3%, enquanto o da carteira de pessoas físicas mostrou elevação de 28,9%.

A mesma comparação, levando-se em conta somente as operações com taxas de mercado, contabiliza variações de 80,5% para pessoas jurídicas e 16,7% para pessoas físicas. Uma vez que os financiamentos do setor são majoritariamente realizados com taxas reguladas, deve-se ressaltar que – em outubro – as operações com recursos livres representavam 38,5% do saldo para pessoas jurídicas e 9,8% do referente às pessoas físicas.

A redução da atratividade dessa modalidade de crédito, ante expectativas desanimadoras para curto e médio prazos, pode ser percebida através do volume das concessões de financiamento imobiliário com recursos direcionados. Estas foram, em outubro deste ano, 0,96% superiores àquelas do mesmo mês do ano passado, considerando-se os contratos de pessoas jurídicas. As concessões para pessoas físicas, na mesma base de comparação, cresceram 25,06%. O descompasso existe porque a primeira rubrica engloba os empréstimos a construtoras, que restringiram o número de lançamentos e passaram a gerir estoques no último ano.

O desaquecimento da demanda dessas empresas por financiamentos determinou queda nos juros (de 13,14% para 11,37% em doze meses), quando considerada a modalidade com taxas de mercado. Ainda nas concessões para pessoas jurídicas, as taxas reguladas mantiveram-se estáveis (10,6% para 10,83%), a despeito de elevação – de 9,5% para 11,25% – na meta da taxa Selic, estipulada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) neste período.

O saldo de operações para o setor privado rural saltou de R\$ 202 para R\$ 249,2 bilhões entre outubro de 2013 e outubro de 2014, calcado na expansão do volume das concessões com taxas reguladas para pessoas físicas (10,92%). As concessões deste setor realizadas com taxas de mercado equivaleram a apenas 3,5% dos empréstimos.

O saldo dos financiamentos ao setor privado industrial cresceu 8,4% nesse período e, em um ano, o montante variou de 10,33% para 10,45% do Produto Interno Bruto (PIB). Nos últimos doze meses, entretanto, a indústria de transformação nacional acumula retração de 2,6% em sua produção física, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (IBGE) de outubro. A capacidade instalada industrial, mensurada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou, em outubro, utilização média 1,3% inferior ao mesmo mês do ano passado. Ademais, segundo informações da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), a balança comercial de produtos industrializados – na perspectiva de fatores agregados – apresentou

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

déficit de US\$ 83,6 bilhões. Nesse aspecto, foi determinante a aquisição de combustíveis e naftas do exterior, dada a errática política de preços executada no País. O cenário que esboroa qualquer expectativa de recuperação da indústria de transformação é caracterizado, ainda, por quedas de nível de poupança e de retorno sobre o capital próprio – resultado do ciclo de aumentos de salários reais acima da variação da produtividade e da elevação nos custos (serviços e insumos, como a energia elétrica).

A tendência de desalavancamento dos agentes privados e de maior rigor nas concessões é perceptível, ainda, pela baixa inadimplência. Essa taxa, quando considerado o total das carteiras de crédito, atingiu nível sem precedentes (2,95%) na série histórica do BC, iniciada em 2011. A inadimplência de pessoas físicas limitou-se a 4,18% em, outubro, também menor ponto da série. Esse resultado reflete o perfil dessas dívidas, preponderantemente para aquisição de imóveis residenciais – modalidade que tradicionalmente registra pouco atraso nos pagamentos. No tocante às pessoas jurídicas, o índice chegou a 1,93%.

Embora a inadimplência mantenha-se em baixo patamar, o *spread* bancário elevou-se significativamente. Em outubro, o *spread* médio das operações com recursos livres chegou a 21,39%, contra 18,38% no mesmo mês de 2013. A variação percebida pelo BC para empréstimos a pessoas físicas (32,14% contra 27,17%) provocou impacto maior do que a registrada nos disponíveis a pessoas jurídicas (12,27% contra 10,76%). Os clássicos determinantes macroeconômicos do *spread* – taxa básica de juros, inflação e nível de atividade – influenciaram, simultaneamente, essa flutuação. Concomitantemente, a concentração na oferta de crédito no Brasil alcançou patamar inédito, de acordo com o Relatório de Estabilidade Financeira do BC. Segundo a autoridade monetária, 75,69% dos financiamentos contratados foram ofertados por quatro instituições financeiras (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Bradesco).

No tocante às linhas voltadas a pessoas físicas, que apresentaram declínio nos meses de agosto e setembro, a taxa média de juros voltou a subir, ao ascender a 44,0% ao ano. A menor taxa notada na série histórica do BC, em dezembro de 2012, chegou a 33,85%. Os juros cobrados na modalidade denominada "cheque especial", de fácil acesso e uso frequentemente insciente por parte dos contratantes – a despeito de campanhas de educação financeira – alcançou 187,79% ao ano. O crédito pessoal não consignado galgou o pico da série histórica (103,58%), enquanto o consignado foi o único segmento de crédito voltado às pessoas físicas em que a taxa apresentou queda em relação a setembro (25,48% contra 25,88% ao ano).

A recente expansão nos prazos de pagamento dos consignados promovida pelo Ministério da Fazenda gerou significativa demanda por essas linhas de crédito, particularmente nos casos de trabalhadores do setor público e de aposentados e pensionistas do INSS. No primeiro grupo, entre setembro e outubro, houve crescimento de 46,76% no montante concedido, enquanto a expansão para o segundo grupo alcançou 57,68%. Ambas as categorias contavam com prazo máximo de pagamento de 60 meses. Esse período foi elevado para 96 meses no caso dos servidores e para 72 meses no caso de aposentados e pensionistas.

Os juros de empréstimos para aquisição de veículos mantêm-se no mesmo patamar desde o início do segundo trimestre e atingiram 23,04% ao ano em outubro. Nesse segmento, cabe ressaltar que o licenciamento de veículos foi, em outubro deste ano, 7,1% inferior ao aferido no mesmo mês de 2013, segundo o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). Na mesma comparação temporal, a produção caiu 9,0%, de acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

A indústria automotiva espera que os bancos elevem o volume de crédito para pessoas físicas ante entrada em vigor, em novembro, de lei que torna mais ágil a recuperação de veículos financiados com atraso no pagamento. A introdução dessa legislação tende a melhorar o cenário no médio e no longo prazo, mas é improvável que melhore a situação do segmento nos próximos meses.

A última informação disponível no BC sobre o endividamento das famílias mostra que as dívidas (juros e amortecimento do principal) comprometiam, em setembro, 45,88% de sua renda acumulada em 12 meses. O cálculo da renda exclui o montante estimado para pagamento de impostos. Esse nível de endividamento, combinado a duras perspectivas de curto prazo, deprime a demanda das famílias. Não é surpresa, portanto, que o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da FGV, tenha caído – em novembro – ao nível mais baixo desde dezembro de 2008. Na decomposição do índice, o resultado mais relevante é revelado pelo Índice de Situação Atual (ISA), que atingiu o menor ponto da série iniciada em 2005. O quadro do mercado creditício sugere que a recuperação dessa confiança não advirá de condições mais benéficas de financiamento.

O PIB DO PARANÁ EM 2012

Francisco José Gouveia de Castro*

As estatísticas do Produto Interno Bruto (PIB) para as regiões e estados brasileiros, divulgadas em novembro de 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam a manutenção, em uma década (2002-2012), do quadro de expressiva concentração econômica nos eixos considerados mais dinâmicos da economia brasileira, sediados no Sudeste e Sul do País.

Isto ocorreu a despeito da moderada subida das participações, na formação da renda nacional, dos espaços geográficos do Centro-Oeste (passando de 8,8%, em 2002, para 9,8%, em 2012) e Norte (de 4,7% para 5,3%), por conta da consolidação do agronegócio e expansão, respectivamente, e do Nordeste (de 13% para 13,6%), influenciado pela realização de alguns investimentos federais e pelos programas oficiais de transferência de renda, liderados pelo programa Bolsa Família.

O recuo de importância relativa do Sudeste (de 56,7% para 55,2%) e Sul (de 16,9% para 16,2%) pode ser atribuído, ao processo de desindustrialização, que atinge o País, em razão da pouco consistente política econômica executada pelo governo federal, que se reproduziu de forma mais intensa em São Paulo (declínio de 34,6% para 32,1%) e Rio Grande do Sul (queda de 7,1% para 6,3%) (tabela 1).

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO - GRANDES REGIÕES E UFS - 2002/2012

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	2002		2012	
	PIB (R\$ 1.000.000,00)	Participação (%)	PIB (R\$ 1.000.000,00)	Participação (%)
Brasil	1.477.821,77	100,0	4.392.094,00	100,0
Norte	69.309,96	4,7	231.383,09	5,3
Nordeste	191.591,60	13,0	595.382,23	13,6
Sudeste	837.645,87	56,7	2.424.005,32	55,2
Minas Gerais	127.781,91	8,6	403.551,32	9,2
Espírito Santo	26.756,05	1,8	107.328,77	2,4
Rio de Janeiro	171.371,99	11,6	504.221,37	11,5
São Paulo	511.735,92	34,6	1.408.903,87	32,1
Sul	249.625,76	16,9	710.859,96	16,2
Paraná	88.407,08	6,0	255.926,61	5,8
Santa Catarina	55.731,86	3,8	177.275,69	4,0
Rio Grande do Sul	105.486,82	7,1	277.657,67	6,3
Centro-Oeste	129.648,59	8,8	430.463,39	9,8
Goiás	37.416,00	2,5	123.926,30	2,8
Distrito Federal	56.137,98	3,8	171.235,53	3,9

FONTE: IBGE

No Paraná, a tendência declinante apresentada em âmbito nacional pelo setor industrial foi amenizada por conta da recuperação do ambiente favorável à instalação e ampliação dos negócios empresariais no Estado, fruto do novo arranjo institucional entre governo e demais atores sociais, celebrado em 2011.

Aliás, os frutos desse trabalho integrado aparecem, de forma mais evidente, nos dias atuais, com a maturação do portfólio de mais de R\$ 35 bilhões dos projetos privados, nacionais e internacionais, atraídos pelo Programa Paraná Competitivo, desde fevereiro de 2011, e a terceira maior geração de empregos com carteira assinada do Brasil, com pronunciado grau de interiorização.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Especificamente para o ano de 2012, os resultados consolidados das Contas Regionais, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam expansão de 1,26% do PIB paranaense, *versus* crescimento nacional de 1,03%. Com isso, o Estado manteve o peso de 5,8% no PIB do País.

O diferencial favorável à economia regional, quando cotejado com a média brasileira, decorre essencialmente do desempenho do segmento de serviços, que, com participação de 66,2% do PIB total, registrou crescimento nos ramos do comércio (8,7%), transportes (5,8%), alojamento e alimentação (4,5%) e saúde e educação (3,5%), explicado, em grande medida, pelos impactos generalizados e pulverizados espacialmente do *boom* dos preços das *commodities* agropecuárias e da trajetória ascendente da criação de empregos formais.

O PIB da agropecuária, que respondeu por 9,2% da geração de valor da base produtiva regional, recuou 8,0%, pressionado pela queda na produção de soja (-27,7%), devido à forte estiagem na safra de verão, compensada pelo efeito renda das elevadas cotações internacionais dos alimentos. Em sentido oposto, a produção de milho e trigo expandiu 6,7% e 13,3%, respectivamente.

Já o valor adicionado da indústria de transformação, com participação de 14,8% no PIB total, registrou retração de 1,55%, devido à menor produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (-16,2%) e de produtos químicos (-10,2%). No mesmo sentido, os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), que englobam as atividades de produção e distribuição de eletricidade, água e esgoto e limpeza urbana, apresentaram recuo de 18,3%, em 2012.

Por outro lado, a indústria da construção civil, com participação de 5,1% do total, aumentou os níveis de atividade em 11,5%, estimulada pelo maior fluxo de renda regional e, conseqüentemente, aumento da demanda por habitações e construções comerciais e industriais, além das inversões públicas em infraestrutura (tabela 2).

TABELA 2 - VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - 2002/2012

ATIVIDADE ECONÔMICA	2002		2012	
	Valor (R\$ 1.000.000,00)	Participação (%)	Valor (R\$ 1.000.000,00)	Participação (%)
Agropecuária	8 224	10,6	19 993	9,2
Extração mineral	192	0,2	446	0,2
Indústria de transformação	13 927	18,0	32 163	14,8
Construção civil	3 241	4,2	12 817	5,9
SIUP	5 053	6,5	7 760	3,6
Comércio	10 583	13,7	34 741	16,0
Transporte	4 042	5,2	14 195	6,5
Serviços de informação	2 032	2,6	4 578	2,1
Serviços financeiros	5 146	6,7	14 765	6,8
Aluguel	6 901	8,9	17 781	8,2
APU	8 164	10,6	26 709	12,3
Outros serviços	9 715	12,6	30 828	14,2
TOTAL	77 220	100,0	216 777	100,0

FONTE: IBGE

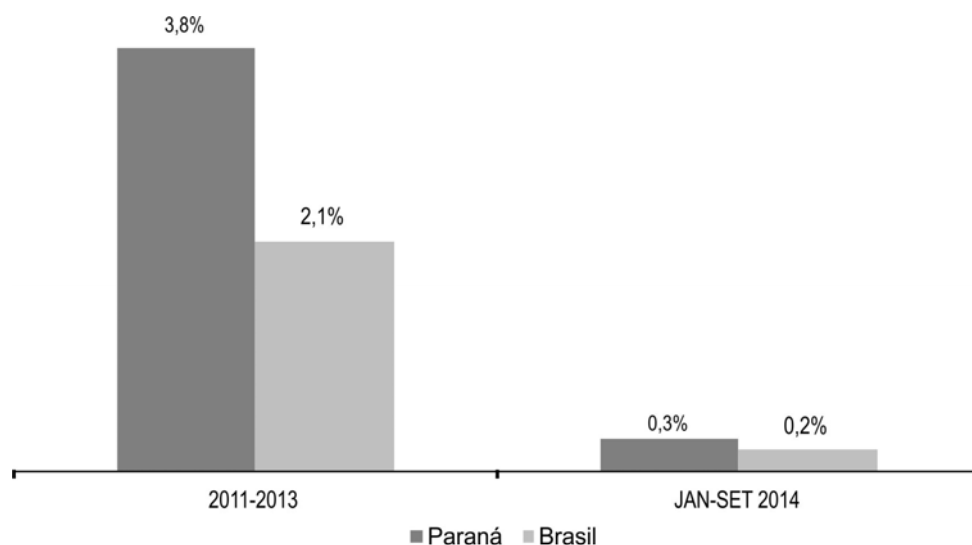
ECONOMIA PARANAENSE: BALANÇO DE 2014

Francisco José Gouveia de Castro*

As estatísticas econômicas, levantadas no intervalo de tempo compreendido entre janeiro e outubro de 2014, apontam para uma condição de contágio da crise econômica nacional entre os demais entes da Federação, em especial, os estados. Na verdade, um apanhado das apurações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permite observar o comportamento dos principais indicadores de atividade do Brasil e do Paraná, explicitando essa situação ao longo do período.

Tais indicadores, para o Estado, são sintetizados nas estimativas preliminares do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), que apontam expansão de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná entre janeiro e setembro de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior. No Brasil, a variação foi de 0,2%, segundo cálculos do IBGE. Os resultados evidenciam a reprodução regional da crise vivida pelo País desde 2013 (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO - BRASIL E PARANÁ - 2011-SETEMBRO DE 2014



FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: Estimativa.

Na verdade, depois de três anos consecutivos de crescimento, os vetores de dinamismo da base produtiva local foram afetados pelos elementos de perturbação que acompanham a economia brasileira desde 2011, acrescidos da forte estiagem que prejudicou a produção e a produtividade da agricultura no início do ano.

Entre os fatores de perturbação do ambiente nacional destacam-se as barreiras externas, mais precisamente a drástica redução do ritmo de evolução da economia mundial, e subsequente diminuição dos preços internacionais das *commodities*; e a intensificação da adoção de uma política macroeconômica baseada em forte entrada de poupança externa, para financiar o consumo interno público e privado, em detrimento do investimento.

Os amortecedores parciais do panorama adverso para o aparelho de negócios regional repousam na excelente safra de inverno, puxada pelas lavouras de trigo; na impulsão da avicultura, na elevação do crédito, na maturação dos projetos em mais de R\$ 35 bilhões atraídos, em quase quatro anos, pelo Programa Paraná Competitivo, e no aquecimento do mercado de trabalho.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Aliás, em relação ao setor primário, o avanço nas principais culturas agrícolas de inverno, puxadas pelo trigo (incremento de 106%), e da avicultura, não conseguiu devolver o dinamismo da cadeia do agronegócio, retirado pela quebra da safra de grãos de verão, associada à estiagem, com o recuo de 10,1% e 7,0% na produção do milho e da soja, respectivamente, e o já mencionado encolhimento das cotações internacionais dos produtos alimentares.

O mais preocupante é a manutenção do cenário baixista para o preço dos grãos, já que o fim do ciclo de afrouxamento monetário americano poderá influenciar negativamente nas apostas dos fundos de investimentos nesses mercados, que são considerados de risco, além disso, há excedente de produção nos principais centros produtores do globo.

No caso da soja, o patamar do preço de outubro de 2014 ficou 24,55% e 26,34% abaixo do verificado em outubro e dezembro de 2013, respectivamente. Ao mesmo tempo, os custos subiram e a valorização do dólar não está sendo suficiente para equilibrar as receitas. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o custo de produção total da soja na temporada 2014/2015 ficará em R\$ 2.151,64 por hectare, contra R\$ 2.053,80 por hectare, na safra 2013/2014, com alta de 4,76%.

Já, para o milho, a queda no preço em outubro foi de 20% e 16,89% frente a outubro e dezembro de 2013, respectivamente. O mesmo ritmo de baixa foi registrado em relação à cultura do trigo, com o preço médio regredindo 17,32%, em relação a outubro de 2013, e 25,18% ante dezembro de 2013.

Em relação ao câmbio, a tendência apontada pelo mercado é de um cenário com menos recursos externos entrando no País, reforçando a previsão de desvalorização da moeda nacional em relação à americana. Segundo o Boletim Focus, a mediana das expectativas de mercado aponta para um câmbio de R\$ 2,55 por dólar, no fim de 2014, e R\$ 2,67, no fim de 2015.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2013 E 2014

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		
	2013	2014 ⁽¹⁾	Var. (%)
Milho	17.489.163	15.726.342	-10,1
Soja	15.921.479	14.806.462	-7,0
Trigo	1.875.407	3.869.723	106,3
Feijão	690.836	830.344	20,2
Cevada	181.269	221.436	22,2
Arroz	175.277	153.981	-12,1
Aveia	94.017	140.063	49,0
Triticale	36.435	37.772	3,7
Centeio	1.749	2.713	55,1
TOTAL	36.465.632	35.764.108	-1,9

FONTE: IBGE

(1) Estimativas de setembro de 2014.

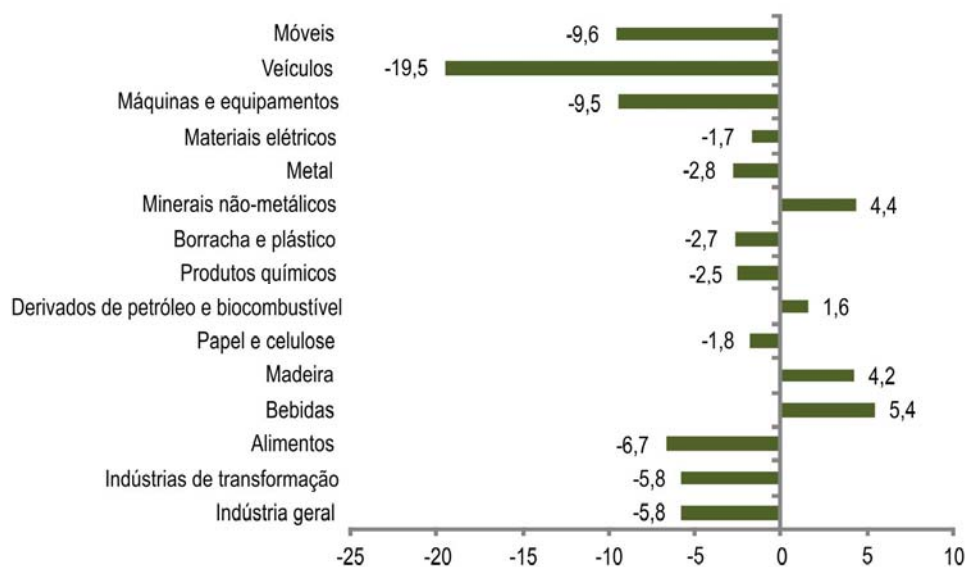
Já o setor manufatureiro experimentou os maiores impactos da regressão da economia brasileira, declinando 5,8%, frente à redução de 2,9% para o País, no acumulado de janeiro a setembro de 2014. O desempenho derivou da contração na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-19,5%), pressionada, especialmente, pela menor produção de automóveis, caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões, veículos para transporte de mercadorias e motores de explosão e combustão interna para veículos automotores; móveis (-9,6%); máquinas e equipamentos (-9,5%), explicados pela redução na fabricação de produtos voltados para a produção agropecuária; e produtos alimentícios (-6,7%), segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Em sentido oposto, os ramos de bebidas (5,4%) e produtos de minerais não metálicos (4,4%) exerceram as contribuições positivas mais importantes sobre o total da indústria

paranaense, impulsionados, principalmente, pela maior produção de blocos e tijolos para a construção de cimento ou concreto; e madeira (5%), o que pode ser imputado às obras de infraestrutura realizadas pelo governo do Estado no interior do Paraná (gráfico 2).

A retração da produção de veículos é fruto da queda na confiança do consumidor quanto ao futuro da economia, da restrição de crédito e da crise argentina (país de destino de 75% das exportações brasileiras de veículos).

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - BRASIL E PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2014



FONTE: IBGE

NOTA: Índice acumulado (base: igual período do ano anterior = 100).

Segundo informações da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), entre janeiro e setembro de 2014, foram produzidas 2,677 milhões de unidades, frente a 3,188 milhões no mesmo período de 2013.

Diante da queda das vendas no mercado externo, as exportações caíram 40% neste mesmo período. Especialmente com a retração das encomendas da Argentina, as fábricas continuam adotando medidas de corte de produção, como os programas de suspensão temporária dos contratos de trabalho, férias e folgas coletivas.

Na verdade, o governo brasileiro optou por acordos com forte viés político-ideológico, impedindo, junto com o governo argentino, a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que assegurava acesso mais facilitado ao maior mercado importador do planeta, o dos Estados Unidos. Ao contrário, deu preferência às amarras do MERCOSUL, que impedem o País de firmar acordos comerciais isoladamente, dificultando acesso aos demais mercados.

Ainda em relação ao desempenho do setor industrial, é notável sua incapacidade em participar de forma ativa da competição global, restando apenas a defesa do mercado interno, estratégia reforçada pelas ações protecionistas da atual gestão federal. Tal opção vai na contramão das grandes cadeias de valor, que são criadas e geridas pelas principais empresas globais, cuja competitividade se dá através da integração e especialização.

De fato, as relações de comércio externo brasileiro refletiram significativamente nos resultados do Estado. Os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) demonstram a regressão do comércio nas atividades de transporte (-36,7%) e materiais elétricos e eletrônicos (-24,7%), entre janeiro e outubro de 2014 (tabela 2).

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2014

PRODUTO	JANEIRO A OUTUBRO DE 2013		JANEIRO A OUTUBRO DE 2014		VAR. (%)
	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	
Complexo soja	5 662 981 349	36,3	5 204 194 037	36,8	-8,1
Complexo carnes	1 986 077 807	12,7	2 152 086 053	15,2	8,4
Material de transporte e componentes	1 852 735 061	11,9	1 172 711 303	8,3	-36,7
Açúcar	963 685 566	6,2	863 500 886	6,1	-10,4
Madeiras e manufaturas de madeira	659 999 443	4,2	731 633 506	5,2	10,9
Produtos químicos	598 116 754	3,8	581 253 755	4,1	-2,8
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	569 258 847	3,6	511 252 349	3,6	-10,2
Cereais	791 050 469	5,1	466 200 440	3,3	-41,1
Papel e celulose	400 706 494	2,6	414 574 854	2,9	3,5
Café	314 872 263	2,0	300 592 210	2,1	-4,5
Calçados e couro	247 858 492	1,6	279 512 531	2,0	12,8
Petróleo e derivados	271 674 704	1,7	251 497 026	1,8	-7,4
Materiais elétricos e eletrônicos	213 122 272	1,4	160 426 632	1,1	-24,7
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	102 526 359	0,7	128 705 881	0,9	25,5
Demais produtos	970 996 819	6,2	913 155 971	6,5	-6,0
TOTAL	15 605 662 699	100,0	14 131 297 434	100,0	-9,4

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

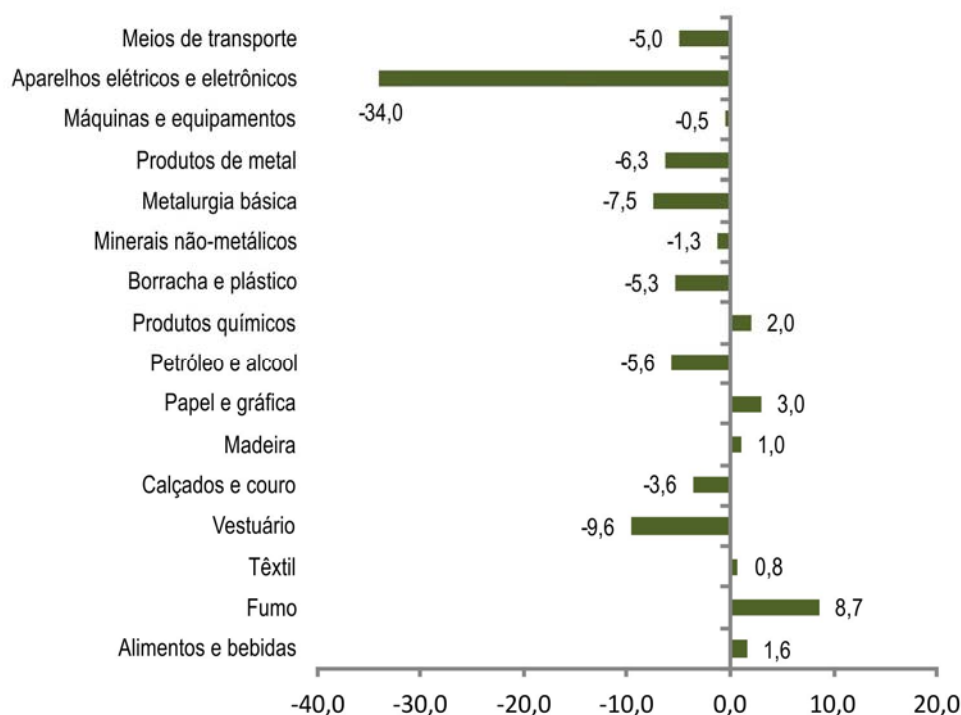
Cabe ressaltar ainda o substancial peso das *commodities* agropecuárias no total comercializado. Os grãos e as carnes representam 36,8% e 15,2%, respectivamente, do valor total, o que indica a forte predominância dos produtos primários nas vendas externas do Estado, entre janeiro e outubro de 2014.

Além do mercado externo, o País vem perdendo espaço no mercado doméstico, devido aos fatores que encarecem a produção local, como sistema tributário oneroso e complexo, escassez e alto custo dos financiamentos de médio e longo prazo, infraestrutura precária e desânimo e desconfiança gerados pela política econômica do governo.

Tais condições já estão afetando o emprego industrial, conforme os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), efetuada pelo IBGE. No acumulado dos nove primeiros meses de 2014, o emprego nas unidades industriais do Paraná caiu 4,2%, com as maiores quedas nos setores de máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos (-34,0%), vestuário (-9,6%), metalúrgica básica (-7,5%), metal (-6,3%), refino de petróleo e produção de álcool (-5,6%) e borracha e plástico (-5,3%). Cabe lembrar que este cenário demonstra um movimento generalizado de retração do emprego, seja do ponto de vista regional seja do regional, já que o Brasil registrou contração de 2,8% (gráfico 3).

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também do IBGE, corrobora essa tendência nacional de corte de postos de trabalho na indústria, que se manteve em setembro de 2014. O parque industrial das seis principais regiões metropolitanas do País demitiu 59 mil pessoas em apenas um mês. No período de um ano as dispensas já somam 238 mil vagas.

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL, SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2014

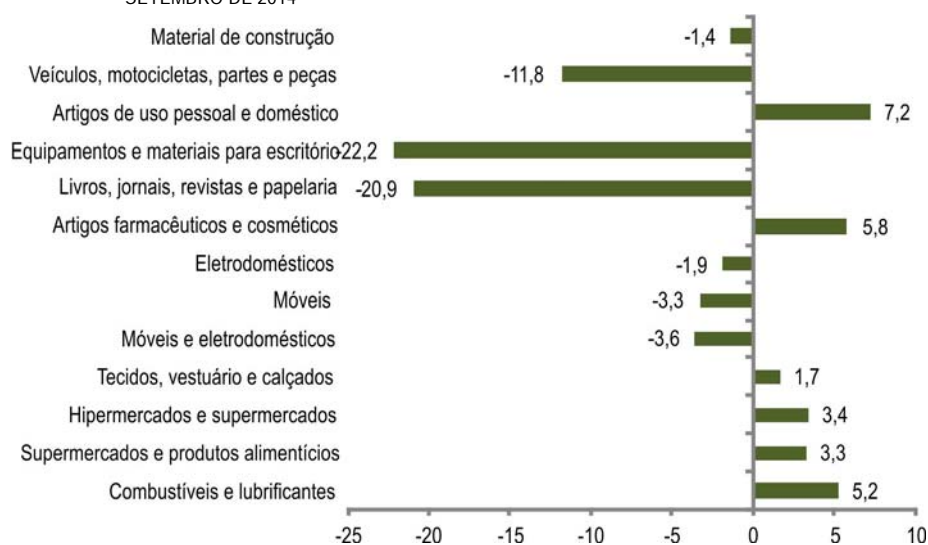


FONTE: IBGE

No que tange ao setor de serviços, pode-se considerar que o seu desempenho influenciou positivamente o comportamento da economia estadual. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), calculada pelo IBGE, a variação da receita nominal de serviços no Paraná e no Brasil foi de 6,6%, no acumulado de janeiro a setembro de 2014, *versus* mesmo período de 2013. As atividades que comandaram o acréscimo no setor foram serviços profissionais, administrativos e complementares, serviços prestados às famílias, serviços de informação e comunicação, e transporte e correio, bastante subordinados ao fluxo de renda proveniente do dinamismo do mercado de trabalho.

No subsetor do comércio, a variação de 2,5% das vendas reais *versus* 2,6% para o Brasil traduz a combinação entre elevação dos juros e interferência da aceleração da inflação no poder aquisitivo dos consumidores, diminuindo a demanda e elevando o endividamento das famílias. Os ramos que mais cresceram no Estado foram artigos farmacêuticos, médicos, de perfumaria e cosméticos (5,8%), combustíveis e lubrificantes (5,2%) e hipermercados e supermercados (3,4%) (gráfico 4).

GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2014

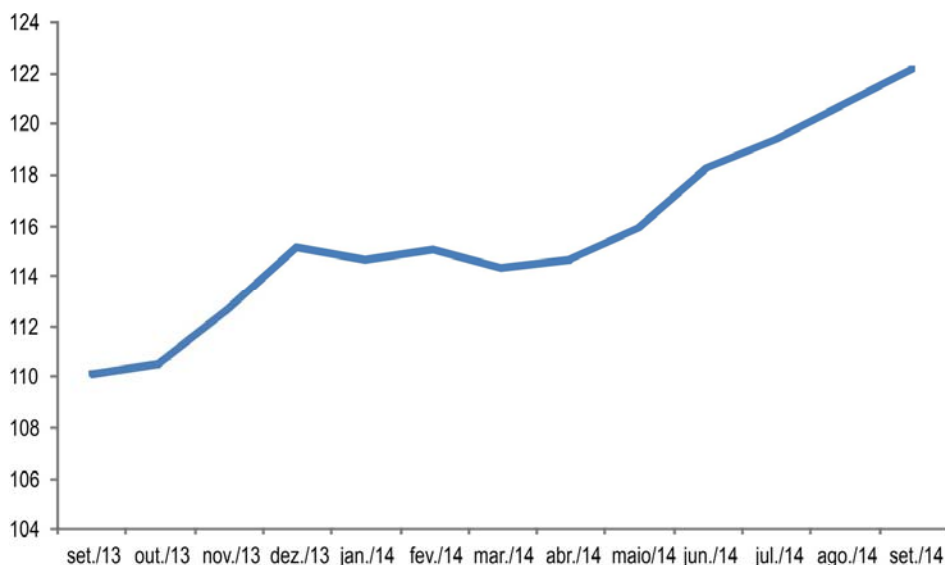


FONTES: IBGE

NOTA: Variação acumulada no ano (base: igual período do ano anterior)

Não menos importantes foram as contribuições do ramo de intermediação financeira para o incremento da renda agregada no Estado do Paraná. Segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), o crescimento real do ramo foi de 8,7% no acumulado do ano terminado em setembro de 2014, em relação ao mesmo período de 2013, contra incremento pouco superior a 5% para o País.

GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO DO QUANTUM DE CRÉDITO TOTAL - PARANÁ - SETEMBRO DE 2013 A SETEMBRO DE 2014



FONTES: Banco Central do Brasil

Finalmente, em relação ao mercado de trabalho, uma das vertentes expansivas regionais, os números são expressivos. Segundo estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criadas 84.720 vagas formais no Paraná até outubro, representando um acréscimo de 3,12% em relação ao estoque de emprego em dezembro de 2013. Cabe destacar que o Estado registrou a terceira geração de emprego formal entre as unidades da Federação, perdendo apenas para São Paulo e Minas Gerais, representando 9,3% do total do País.

As estatísticas de emprego apontam que, no ano, os setores que registraram maior crescimento no saldo de empregos foram construção civil (4,49%), serviços (4,49%) e agropecuária (3,13%) (tabela 3).

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2014

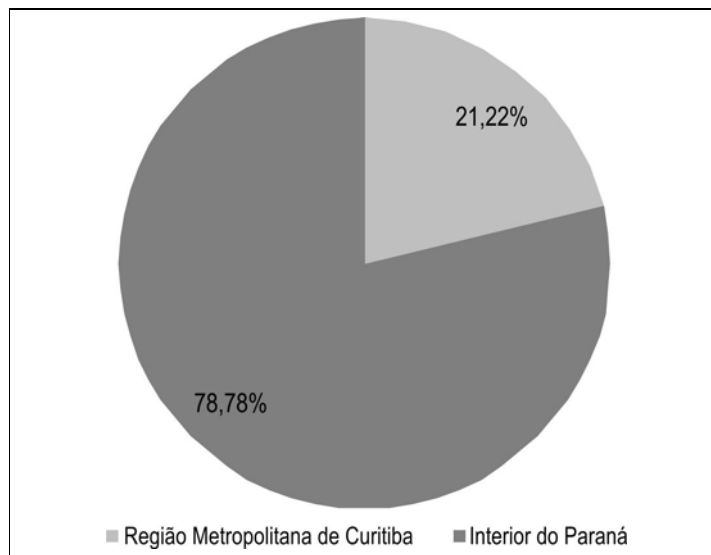
SETOR	EMPREGO FORMAL	
	Saldo	Variação (%)
Extrativa	22	0,33
Indústria de Transformação	12.670	1,77
SIUP	206	0,77
Construção Civil	11.773	7,50
Comércio	11.738	1,81
Serviços	43.936	4,49
Administração Pública	942	1,39
Agropecuária	3.433	3,13
TOTAL	84.720	3,12

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Ademais, no emprego incremental da indústria de transformação há apreciável influência dos empreendimentos estabelecidos no interior do Estado, dedicados principalmente às atividades relacionadas à agroindústria e construção civil.

Não por acaso, os dados do MTE ainda apontam que o interior do Paraná foi responsável pela criação de 78,8% dos empregos formais, nos dez meses de 2014, ante 21,2% da Região Metropolitana de Curitiba, em igual período (gráfico 6).

GRÁFICO 6 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - INTERIOR DO PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - JANEIRO A OUTUBRO DE 2014



FONTE: CAGED

Em síntese, em 2014, as variáveis exógenas, que fogem da alçada dos governos regionais, foram determinantes para os resultados econômicos registrados no Estado do Paraná. Os reflexos das incongruências da orientação macroeconômica do governo federal soçobraram a dinâmica do setor industrial, traduzida na desaceleração dos níveis de atividade verificada no País e, conseqüentemente, no Paraná.

AGROINDÚSTRIA

Seara Agronegócios implanta unidade em Ibiporã

A Seara Agronegócios inaugurou unidade industrial no município de Ibiporã, na Região Norte Central Paranaense. A planta produzirá, mensalmente, 4 mil toneladas de rações para cães e gatos. Estima-se que R\$ 30 milhões tenham sido investidos nas novas instalações. A companhia planeja lançar, futuramente, marca própria de produtos do gênero.

SEARA inaugura fábrica de Pet Food em Ibiporã. *Folha de Londrina*, 06 nov. 2014. *Economia & Negócios*, p.3.

INDÚSTRIA

Investimentos da Bosch amontam R\$ 45 milhões em 2014

A implantação de linha de produção de injetores eletrônicos para motores a *diesel*, e de laboratório para avaliação de desempenho dos mesmos, demandou aproximadamente R\$ 45 milhões da Bosch no ano corrente. A unidade curitibana passou a fabricar localmente equipamentos outrora importados, com o intuito de suprir clientes cujos produtos precisam atender parâmetros de conteúdo nacional.

Plenamente automatizado, o laboratório é capaz de funcionar diuturnamente e realizar aferições e simulações de emissões de gases e de consumo de combustíveis.

BRODBECK, Pedro. Bosch aplica R\$ 45 milhões em unidade do PR. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 10 nov. 2014. p.19.

Gerdau suspende produção em Araucária e fecha planta em Curitiba

Situada no município de Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), a siderúrgica Guáira suspendeu temporariamente a produção de aços longos. A usina pertence ao grupo Gerdau e é capaz de processar, anualmente, 540 mil toneladas de aço bruto. O desaquecimento na demanda nacional motivou a paralisação.

O grupo Gerdau decidiu, ainda, fechar a unidade curitibana de laminação de aços longos, voltados para a construção civil. Para além dessas duas plantas, o grupo possui outras três unidades de corte e dobra no Estado (em Cascavel, Londrina e Maringá), que continuarão em funcionamento. A companhia já havia fechado, em julho, usina em Sorocaba (SP) voltada à produção de aços específicos para a indústria automobilística.

BERTOLDI, Andréa. Gerdau fecha fábrica em Curitiba no final do mês. *Folha de Londrina*, 21 nov. 2014. *Economia & Negócios*, p.1.

BUENO, Sérgio Ruck. Gerdau paralisa usinas no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 nov. 2014. *Empresas*, p.B4.

Avícola Big Frango é vendida ao Grupo JBS

Sediada em Rolândia (Região Norte Central Paranaense), a companhia avícola Big Frango foi vendida ao grupo JBS Foods, que alocou R\$ 430 milhões na aquisição. O negócio envolve fábrica de ração e duas unidades capazes de, somadas, abater 460 mil aves diariamente. No início do ano, a JBS comprou central de incubação e granja de matrizes da Big Frango.

Nona maior empresa exportadora do País em 2013, a JBS ainda adquiriu – no ano corrente – o controle da Avebom Indústria de Alimentos, de dois abatedouros de aves do

* Elaborado com informações disponíveis entre 1º/11/2014 e 1º/12/2014.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

grupo Céu Azul, das operações brasileiras e mexicanas da Tyson Foods (empresa de capital estadunidense) e do grupo australiano Primo Smallgoods.

GALITO, Fábio. JBS finaliza aquisição da Big Frango por R\$ 430 mi. *Folha de Londrina*, 22 nov. 2014. Economia & Negócios, p.3.

JBS compra a paranaense Big Frango por R\$ 430 milhões. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 nov. 2014. p.19.

VIEIRA, Gabriela. Aquisições abrem portas para JBS avançar em novos mercados. *O Estado de S. Paulo*, 22 nov. 2014. Economia, p.B9.

SERVIÇOS

DCL investirá R\$ 20 milhões em 2015

A DCL Real Estate investirá, em 2015, R\$ 5 milhões em um centro de distribuição em Curitiba e R\$ 15 milhões em um condomínio logístico em Pinhais, na região metropolitana da capital. A companhia detém 46 imóveis desses gêneros no Estado, locados majoritariamente a empresas varejistas. A DCL possui, ainda, shopping center em Maringá (PR).

FRIAS, Maria Cristina. Mais espaço no Paraná. *Folha de S. Paulo*, 21 nov. 2014. Mercado, p.B2.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012	1 233	1 906	1 546	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580
2013 ⁽¹⁾	94	223	2 372	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112
2014 ⁽¹⁾	-	-	-	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012	66 811	90 614	1 356	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100
2013 ⁽¹⁾	65 151	99 747	1 531	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128
2014 ⁽¹⁾	33 162	29 549	891	666 556	49 041 282	73 574	53 226	191 971	3 607

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012	478 532	700 545	1 464	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316
2013 ⁽¹⁾	484 568	673 783	1 390	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071
2014 ⁽¹⁾	515 111	805 937	1 565	76 291	172 349	2 259	172 216	4 097 696	23 794

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	3 013 870	16 516 036	5 480	4 454 655	10 924 321	2 452	782 308	2 107 665	2 694
2013 ⁽¹⁾	3 031 691	17 353 450	5 724	4 754 076	15 924 318	3 350	1 000 099	1 886 948	1 887
2014 ⁽¹⁾	2 562 283	15 850 732	6 186	5 010 546	14 762 136	2 946	1 359 858	3 779 374	2 779

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2014

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013 ⁽¹⁾	3 379 689	333 180	606 446
Janeiro	279 032	27 045	50 703
Fevereiro	248 026	24 175	45 037
Março	257 112	25 704	49 650
Abril	295 361	29 803	53 895
Maio	296 388	29 332	53 555
Junho	293 107	26 527	51 785
Julho	304 933	28 273	54 779
Agosto	291 771	26 473	54 103
Setembro	271 027	28 513	50 242
Outubro	306 614	30 426	50 712
Novembro	275 014	26 519	47 567
Dezembro	274 831	30 389	44 420
2014 ⁽¹⁾	1 775 773	160 442	296 497
Janeiro	311 431	24 520	47 517
Fevereiro	288 778	24 476	44 665
Março	291 177	24 769	47 842
Abril	294 354	27 509	51 180
Maio	310 240	30 235	54 338
Junho	279 793	28 933	50 956

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2014

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013 ⁽¹⁾	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Fevereiro	532 919	49,13	89 417	8,24	441 106	40,67	21 175	1,95	1 084 617
Março	766 641	55,28	147 907	10,67	449 371	32,41	22 794	1,64	1 386 712
Abril	875 775	55,39	106 504	6,74	573 340	36,26	25 546	1,62	1 581 166
Maio	967 240	53,01	204 514	11,21	630 032	34,53	22 708	1,24	1 824 494
Junho	919 317	53,86	186 114	10,90	583 280	34,18	18 019	1,06	1 706 730
Julho	954 664	54,71	180 971	10,37	589 168	33,77	19 995	1,15	1 744 797
Agosto	1 042 068	53,91	179 067	9,26	684 339	35,40	27 584	1,43	1 933 059
Setembro	849 873	50,90	219 455	13,14	582 723	34,90	17 664	1,06	1 669 715
Outubro	828 976	48,59	261 960	15,35	589 219	34,54	25 921	1,52	1 706 076
Novembro	615 794	43,81	171 108	12,17	596 903	42,46	21 907	1,56	1 405 712
Dezembro	386 646	31,49	216 951	17,67	609 138	49,61	15 092	1,23	1 227 827
2014 ⁽¹⁾	7 500 652	53,08	1 641 740	11,62	4 767 839	33,74	221 066	1,56	14 131 297
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 153	46,34	14 480	1,60	904 540
Fevereiro	686 347	52,27	91 161	6,94	513 828	39,13	21 851	1,66	1 313 187
Março	868 742	58,46	130 557	8,79	464 217	31,24	22 530	1,52	1 486 046
Abril	1 112 957	66,59	92 703	5,55	439 878	26,32	25 883	1,55	1 671 422
Maio	904 377	57,94	169 846	10,88	464 109	29,73	22 629	1,45	1 560 961
Junho	796 409	54,63	175 907	12,07	462 485	31,73	22 925	1,57	1 457 726
Julho	865 851	52,28	217 854	13,15	545 354	32,93	27 001	1,63	1 656 060
Agosto	772 531	51,30	229 046	15,21	474 976	31,54	29 245	1,94	1 505 798
Setembro	650 777	48,99	195 638	14,73	463 700	34,91	18 152	1,37	1 328 267
Outubro	497 613	39,90	213 169	17,09	520 139	41,70	16 370	1,31	1 247 290

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2014

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013 ⁽¹⁾	18 239 202	19 343 839	- 1 104 637	242 178 649	239 623 604	2 555 045
Janeiro	968 298	1 460 460	- 492 162	15 966 728	20 006 835	- 4 040 107
Fevereiro	1 084 617	1 270 457	- 185 840	15 549 465	16 828 348	- 1 278 883
Março	1 386 712	1 695 155	- 308 443	19 320 426	19 157 901	162 524
Abril	1 581 166	1 723 393	- 142 228	20 631 040	21 619 866	- 988 825
Maio	1 824 494	1 624 640	199 855	21 822 420	21 060 756	761 664
Junho	1 706 730	1 615 656	91 072	21 134 041	18 826 007	2 308 034
Julho	1 744 797	1 574 773	170 024	20 806 765	22 705 903	- 1 899 138
Agosto	1 933 059	2 078 770	- 145 711	21 424 021	20 201 008	1 223 013
Setembro	1 669 715	1 516 117	153 597	20 995 536	18 855 376	2 140 160
Outubro	1 706 076	1 773 194	- 67 118	22 821 003	23 046 371	- 225 368
Novembro	1 405 712	1 448 617	- 42 905	20 861 367	19 122 374	1 738 994
Dezembro	1 227 827	1 562 604	- 334 777	20 845 837	18 192 860	2 652 978
2014 ⁽¹⁾	15 300 525	16 077 757	- 777 231	207 610 148	211 833 360	- 4 223 212
Janeiro	904 540	1 217 025	- 312 485	16 026 191	20 084 834	- 4 058 643
Fevereiro	1 313 187	1 304 130	9 057	15 933 832	18 062 409	- 2 128 576
Março	1 486 046	1 419 577	66 470	17 627 934	17 514 085	113 850
Abril	1 671 422	1 425 220	246 202	19 723 926	19 215 022	508 904
Maio	1 560 961	1 645 847	- 84 886	20 752 084	20 037 476	714 608
Junho	1 457 726	1 306 954	150 772	20 466 916	18 106 503	2 360 413
Julho	1 656 060	1 914 190	- 258 129	23 024 072	21 452 334	1 571 738
Agosto	1 505 798	1 414 302	91 497	20 463 308	19 301 280	1 162 027
Setembro	1 328 267	1 615 209	- 286 943	19 616 605	20 556 610	- 940 005
Outubro	1 247 290	1 217 469	29 820	18 329 650	19 506 655	- 1 177 005
Novembro	1 169 228	1 597 834	- 428 606	15 645 630	17 996 152	- 2 350 522

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2014

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	107,7	102,4	116,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	122,4	106,5	122,4
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	123,0	107,1	123,1
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	91,1	77,3	98,7
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	117,0	84,6	99,3
Móveis	100,00	107,3	103,3	112,6	80,7	93,3
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	123,3	90,1	107,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	121,9	112,4	132,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	144,6	116,5	94,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	84,5	61,3	84,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	121,4	95,3	123,2
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	116,3	99,6	116,2

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																			
	Abr./13	Mai/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14
Combustíveis e lubrificantes	114,2	119,3	122,9	127,0	130,5	128,6	134,4	124,7	121,8	125,0	120,8	120,5	124,5	120,7	127,7	119,2	133,4	131,8	126,3	...
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	103,4	108,2	108,7	111,9	117,4	109,6	115,0	123,0	151,1	116,0	129,8	109,3	117,9	117,0	114,1	109,0	114,7	118,3	113,5	...
Hipermercados e supermercados	103,7	108,2	108,9	111,7	117,2	109,4	114,8	123,2	152,3	116,3	130,8	109,4	118,0	117,3	114,2	109,3	114,9	118,6	113,8	...
Tecidos, vestuário e calçados	105,0	115,7	101,5	105,1	101,5	89,8	100,4	105,5	184,6	100,1	94,7	83,1	94,8	104,1	127,3	99,6	100,4	103,8	93,2	...
Móveis e eletrodomésticos	100,9	108,9	102,7	119,1	119,6	108,2	112,0	117,3	153,2	102,9	124,2	97,4	97,8	96,6	108,8	96,2	101,2	102,2	101,5	...
Móveis	94,1	97,0	89,9	108,5	109,8	101,4	105,8	108,7	137,7	91,4	109,1	86,4	87,0	86,9	96,2	83,3	92,3	88,9	92,2	...
Eletrodomésticos	110,2	119,2	113,6	128,5	128,4	114,5	117,9	125,2	166,7	112,8	137,1	106,8	107,1	105,0	119,6	107,1	109,1	113,6	109,7	...
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	128,3	131,0	126,8	135,3	143,6	136,2	141,9	140,1	156,7	137,3	130,1	124,1	140,9	138,4	142,9	132,9	143,4	145,1	138,2	...
Livros, jornais, revistas e papelaria	106,8	106,9	102,0	110,4	113,9	98,1	64,3	62,4	138,4	87,3	146,4	105,6	88,3	74,1	78,8	68,3	74,4	79,8	70,0	...
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	81,6	101,3	87,2	93,4	85,8	84,0	83,7	80,7	96,1	66,0	58,0	62,9	58,0	59,0	59,6	53,3	81,4	83,8	78,0	...
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	110,8	128,7	123,0	130,4	123,9	119,1	135,1	136,9	230,7	128,1	128,9	113,3	122,8	131,2	142,3	131,8	127,6	129,3	125,7	...
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	106,2	112,9	110,7	116,3	119,2	111,7	117,6	121,3	154,7	115,0	123,5	107,2	114,5	114,5	118,7	109,4	115,7	118,1	113,0	...

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2014

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)															
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai/13
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	88,4	85,9	99,1	107,3	108,8
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	80,2	85,4	90,4	104,2	110,0
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,9	91,0	93,9	84,9	90,4
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	103,7	97,9	100,7	121,4	119,9
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	98,4	85,5	102,2	99,3	92,4
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	92,7	82,9	96,5	99,8	108,6
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	103,4	94,7	74,3	90,3	105,7
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	97,3	103,6	105,1	107,4	103,9
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	95,4	99,6	104,8	113,2	116,5
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	87,6	92,7	99,5	110,8	108,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	101,5	96,9	112,6	106,3	107,5
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,6	101,6	114,9	114,9	102,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	71,5	69,9	108,3	121,1	116,9
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	98,3	84,8	98,0	107,4	98,5

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																	
	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14
Indústria de transformação	102,9	111,9	118,1	109,5	115,5	107,4	83,8	98,1	91,4	94,7	95,5	92,8	102,3	87,5	104,6	105,7	101,1	105,7
Produtos alimentícios	99,9	117,5	124,9	112,2	113,1	104,4	87,0	97,8	78,0	81,3	87,7	93,7	104,1	95,2	107,2	113,6	103,5	114,0
Bebidas	96,8	84,6	95,2	99,1	115,0	115,2	125,4	100,2	101,4	96,8	113,6	101,9	92,4	78,4	99,0	95,5	107,0	115,5
Produtos de madeira	118,4	119,1	129,0	121,9	133,2	127,1	114,9	120,7	120,1	116,8	126,4	103,3	112,1	116,4	123,4	130,2	126,9	131,1
Celulose, papel e produtos de papel	99,7	97,2	96,4	101,5	108,8	104,1	99,8	97,5	94,6	83,7	101,0	94,3	87,6	95,2	98,8	99,8	106,1	113,9
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	101,9	105,3	114,6	100,9	110,2	96,6	54,0	102,3	91,8	90,0	101,2	97,4	111,2	102,9	107,9	109,7	104,0	106,5
Outros produtos químicos	98,8	113,7	128,9	117,5	111,0	102,5	83,7	101,5	96,0	97,8	78,1	87,4	107,9	101,1	111,7	120,4	104,8	110,0
Produtos de borracha e de material plástico	111,9	118,8	116,4	111,4	124,3	121,9	93,2	107,1	107,5	104,2	109,4	109,4	110,2	87,8	102,9	106,6	113,2	119,8
Minerais não metálicos	103,9	111,8	115,0	112,4	123,5	122,4	107,2	112,2	108,8	113,9	118,9	106,1	119,1	107,6	118,6	114,3	107,8	107,0
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	104,6	112,9	113,7	111,9	121,9	114,6	90,7	96,9	97,3	93,1	93,0	90,4	94,1	87,8	102,3	103,9	102,7	104,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	95,0	94,2	114,1	99,7	115,9	112,7	93,0	103,5	95,0	105,0	104,0	103,9	105,4	70,7	102,8	110,2	114,9	123,4
Máquinas e equipamentos	105,2	114,7	117,1	119,0	129,1	124,3	102,7	98,5	116,0	104,6	96,7	80,9	101,1	78,3	111,3	106,9	89,9	99,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	107,1	120,6	122,3	111,9	114,6	104,9	76,0	84,6	82,1	103,2	85,9	83,1	91,7	55,5	92,4	85,4	85,1	81,2
Móveis	95,6	102,0	108,6	105,0	112,2	111,7	95,1	92,6	87,8	94,7	89,0	87,9	93,1	76,4	92,8	95,8	99,5	108,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2003-2014

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13	Mai/13
Indústria geral	102,55	106,75	108,23	105,71	109,00	110,15	102,67	104,22	110,05	112,50	112,59	110,98	111,55	113,08	113,91	114,16
Indústrias extrativas	91,05	83,14	74,57	75,11	76,62	75,68	71,15	71,65	66,82	65,86	65,01	67,72	67,20	66,87	65,56	65,78
Indústria de transformação	102,69	107,04	108,66	106,10	109,41	110,59	103,07	104,63	110,59	113,08	113,18	111,52	112,11	113,66	114,52	114,77
Alimentos e bebidas	123,98	130,20	145,72	148,61	156,61	161,10	157,23	153,06	173,31	186,05	192,27	179,10	178,75	188,25	191,30	195,47
Fumo	139,33	171,82	176,01	172,70	203,64	146,72	166,18	168,69	178,62	184,74	204,83	251,92	335,49	343,65	332,03	263,54
Têxtil	98,87	97,47	93,04	98,02	90,57	84,57	77,50	82,92	87,54	98,30	110,28	107,13	111,44	108,34	107,92	108,01
Vestuário	119,78	137,40	143,06	130,68	127,12	114,16	96,41	93,07	88,36	73,16	71,78	70,64	72,81	72,83	72,67	71,72
Calçados e couro	84,90	77,49	87,36	100,28	104,42	100,23	91,51	103,13	91,92	84,03	80,16	80,39	78,48	78,82	78,49	80,57
Madeira	77,61	79,47	68,52	56,46	49,90	45,51	36,03	33,89	30,66	29,90	28,59	30,13	29,42	28,68	28,63	28,30
Papel e gráfica	112,32	115,86	116,97	121,49	127,51	125,01	123,28	130,70	134,61	129,72	133,02	128,13	127,82	130,74	132,13	133,52
Refino de petróleo e combustíveis	193,99	200,28	193,10	214,11	231,62	258,75	270,75	226,77	217,69	230,07	229,49	203,03	204,92	226,47	240,36	245,48
Produtos químicos	85,42	84,55	82,94	92,19	107,86	104,63	92,50	100,71	105,46	112,68	114,89	115,31	116,11	114,99	115,87	115,01
Borracha e plástico	92,06	90,47	92,80	91,19	94,73	92,21	81,53	79,92	80,09	78,76	78,39	81,12	80,78	79,48	78,50	76,19
Minerais não-metálicos	112,56	116,00	119,90	113,93	129,73	134,66	130,23	127,90	131,35	140,75	139,02	142,42	142,48	142,53	141,22	138,81
Metalurgia básica	83,40	79,69	81,41	72,50	67,97	72,16	70,88	78,93	85,13	88,92	87,30	86,69	87,44	88,35	88,61	90,37
Produtos de metal ⁽¹⁾	97,42	96,86	99,41	101,13	95,98	103,68	103,74	111,63	121,14	121,25	116,72	116,32	120,37	121,49	119,43	116,57
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	125,23	137,61	137,23	125,60	134,11	161,50	150,96	170,84	157,74	154,99	158,65	152,76	154,21	157,98	159,64	159,20
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	96,68	90,47	96,23	94,68	95,01	105,05	103,00	110,89	146,52	183,13	158,07	177,32	176,73	170,26	176,08	177,02
Fabricação de meios de transporte	93,47	101,74	112,47	112,19	142,13	150,56	141,50	149,92	168,57	174,05	175,45	173,50	173,60	175,76	177,40	176,28
Fabricação de outros produtos	71,08	74,52	66,08	63,47	66,18	64,68	57,70	60,03	67,80	67,52	68,19	69,89	70,24	69,44	69,00	69,21

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																	
	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14
Indústria geral	114,54	113,96	113,21	112,99	112,37	112,33	107,96	108,41	108,22	108,43	109,73	109,67	109,26	108,44	107,51	107,40	107,07	...
Indústrias extrativas	65,13	64,38	62,84	63,65	63,15	63,77	64,01	61,34	63,54	63,57	63,11	61,78	61,14	60,57	60,25	59,41	58,65	...
Indústria de transformação	115,16	114,58	113,84	113,60	112,98	112,93	108,51	109,00	108,78	108,99	110,32	110,27	109,86	109,04	108,10	108,00	107,68	...
Alimentos e bebidas	198,45	198,16	199,02	197,98	197,91	198,02	184,78	194,88	184,39	188,41	196,45	196,80	197,80	196,93	196,92	197,70	198,50	...
Fumo	183,69	123,61	115,21	118,92	122,87	128,06	138,94	249,73	269,73	346,37	344,88	344,14	343,65	245,25	118,67	115,70	119,16	...
Têxtil	109,28	110,90	111,28	114,39	114,22	112,44	107,98	110,69	107,92	109,11	107,95	110,65	109,87	108,93	110,72	115,09	115,93	...
Vestuário	72,45	72,75	72,77	73,17	72,21	71,61	65,74	65,46	65,31	65,76	66,87	67,33	65,79	65,42	64,65	64,29	63,71	...
Calçados e couro	81,03	81,06	82,32	82,73	80,08	79,60	78,30	77,51	79,94	80,65	76,88	76,58	76,97	77,97	77,56	76,54	74,48	...
Madeira	28,50	28,39	28,17	28,12	28,15	28,41	28,15	28,99	28,33	28,93	28,79	28,86	28,75	28,68	28,99	29,82	29,79	...
Papel e gráfica	132,06	133,30	134,19	133,46	136,29	138,64	135,90	135,59	135,66	136,80	136,83	136,63	135,78	136,00	134,70	133,68	134,25	...
Refino de petróleo e combustíveis	241,89	240,50	239,53	236,91	233,77	229,90	211,09	218,00	203,29	201,07	218,18	225,40	224,90	222,08	224,01	221,35	221,73	...
Produtos químicos	114,61	114,63	114,59	114,20	114,33	114,45	114,62	117,29	115,68	118,12	119,05	118,65	118,46	117,83	115,36	115,97	116,52	...
Borracha e plástico	75,32	78,73	78,42	78,73	78,41	78,23	76,78	74,45	76,11	74,74	74,73	75,18	75,59	74,25	73,29	72,98	73,18	...
Minerais não-metálicos	139,68	137,19	137,34	138,68	136,52	136,04	135,31	138,24	135,82	137,58	137,48	137,10	137,91	140,15	140,92	139,05	138,13	...
Metalurgia básica	89,22	88,31	86,28	85,89	85,82	85,31	85,27	81,32	85,36	85,81	84,78	83,78	79,99	79,52	78,37	77,65	76,64	...
Produtos de metal ⁽¹⁾	115,12	113,67	113,51	114,67	116,80	117,33	115,36	109,42	114,36	111,05	110,40	109,87	109,41	109,10	108,23	106,71	105,64	...
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	161,43	161,97	160,25	160,76	160,08	159,65	155,91	157,93	159,29	159,14	160,73	162,05	159,72	157,80	155,85	154,19	152,61	...
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	175,04	161,86	142,65	136,98	135,79	137,08	130,05	109,57	129,70	115,86	113,45	110,64	109,74	106,57	103,16	98,90	98,11	...
Fabricação de meios de transporte	177,17	178,23	178,14	176,61	174,93	173,72	170,09	167,48	171,26	170,27	169,55	166,60	169,10	168,93	166,28	163,60	161,74	...
Fabricação de outros produtos	69,11	68,15	68,71	69,19	65,71	65,39	64,18	62,19	65,14	65,02	64,56	64,13	62,43	60,64	58,85	59,95	58,95	...

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2014

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
Jan.- Out. 2014	12 898	11 773	11 738	44 878	3 433	-	84 720

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ E BRASIL - 2002-2013

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 344	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011	239 366	5,67	4 143 013	2,73
2012	255 927	1,26	4 392 094	1,03
2013 ⁽³⁾	287 966	4,61	4 844 815	2,49

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.



IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
www.ipardes.gov.br - ipardes@ipardes.gov.br